

20
ANOS

ENTREVISTA
ARMANDO BOITO:
O "PARTIDO DA JUSTIÇA"
VERSUS A FRENTE GOLPISTA

AMÉRICA LATINA
EQUADOR RECHAÇA
PROJETO NEOLIBERAL

PARÁ
MILÍCIAS DA BARBÁRIE
NO CAMPO

CAROS AMIGOS

A PRIMEIRA À ESQUERDA

ANO XXI
Nº 243 / 2017
R\$ 13,50



AFUNDA BRASIL

**GOVERNO TEMER VAI A PIQUE COM CORRUPÇÃO
E FORTALECE MOVIMENTO POR ELEIÇÕES DIRETAS**

ALEXANDRE MATIAS • ARAY NABUCO •
CLAUDIUS • CYNARA MENEZES • EDU
MONTESANTI • ERIKA MORHY • FREI
BETTO • GERSHON KNISPEN • GILBERTO
FELISBERTO VASCONCELLOS • GUTO
LACAZ • JOÃO BATISTA CESAR • JOÃO
PEDRO STEDILE • JOSÉ ARBEX JR. •
LENA AZEVEDO • LILIAN PRIMI • LÚCIA
RODRIGUES • LUIZ GÊ • MARCOS BAGNO
• MARINA SARAN • MC LEONARDO •
PAULA RETTL • FERNANDO ROBERTO
DE FREITAS ALMEIDA

ÁGUA NA NAU DOS INSENSATOS

Parecia certo o rumo do golpe a desaguar em águas tranquilas da direita e seu projeto ultraneoliberal. Mas entrou água no barco dos golpistas, que afunda em denúncias de corrupção (com provas) e numa disputa de classes: a classe política e a classe judiciária, que de cúmplice privilegiada e omissa passou ao protagonismo, implicando Temer, destruindo Aécio Neves e lançando tucanos, democratas e peemedebistas no esgoto da história. E também deixando um vazio político ainda a ser preenchido e em torno do qual se aglutinam as forças ainda restantes dos golpistas, que planejam eleição indireta ou o sustento esfarrapado e cínico a Temer, e as forças da oposição, que em boa parte acalentam nova eleição direta.

A reportagem de capa desta edição de *Caros Amigos*, assim como a entrevista com o cientista político Armando Boito Junior, da Unicamp, busca avaliar o cenário em que o País foi lançado após as delações dos irmãos Batista, do grupo JBS, e os rachas que se tornaram evidentes na frente golpista. Para Boito Junior a situação escancara a disputa entre o que ele chama de Partido da Justiça e a classe política no Legislativo e Executivo, ambos formados por uma alta classe média, mas com interesses, ligações e lastros distintos. Não é possível, porém, arriscar em um cenário o que poderia acontecer ao longo de junho e adiante.

O clima de “zorra” institucional e vale-tudo com as leis tem recaído violentamente nos corpos das populações vulneráveis, como mostra outra reportagem da edição. A escalada da repressão nas cidades é seguida pela da violência no campo, onde os números de execuções aumentam desde a chegada de Temer e sua trupe ao poder. No DNA do massacre de sem-terra ocorrido em Pau D’Arco, no Pará, não estão apenas uma herança histórica da genética escravocrata e abusada da elite, mas uma nova forma de agir: as milícias, que juntam jagunços e empresas de segurança privada, com a bênção do Estado. O viés do incentivo à violência tem ainda ações concretas nos ataques desta trupe conservadora ao Estatuto do Desarmamento e outras medidas que incentivam a segurança privada, questão que também é abordada pela revista.

Caros Amigos traz ainda material sobre a vitória da esquerda no Equador; artigo sobre o futuro da França e da UE pós-eleição de Emmanuel Macron e perfil do militante anarquista-marxista Edgard Leuenroth, além de ensaio com charges de Luiz Gê feitas no período da ditadura – mas é como se fosse para os dias atuais de golpe.

SUMÁRIO

REPORTAGENS

EQUADOR

10 Futuro e presente – Edu Montesanti

CAPA

24 Barco sem rumo – Lilian Primi

BARBÁRIE

29 Crimes no campo – Lena Azevedo

DEMOCRACIA

33 Poder ao povo – Erika Morhy

ROAD MOVIE

40 Ode contemporânea a São Paulo – Marina Saran

ENTREVISTA

16 Armando Boito Junior: O caco no golpe – Por Aray Nabuco, Lilian Primi e Lúcia Rodrigues

ARTIGOS E COLUNAS

06 Mc Leonardo – Criminalização do funk?

08 Gilberto Felisberto Vasconcellos – O pop e o *magister*

09 José Arbex Jr. – De novo, a armadilha das “diretas já”

14 França: Macron: uma nova chance para a UE – Por Paula Rettl

32 João Pedro Stedile – Diretas Já!

32 Frei Betto – Formação de militantes

43 Gershon Knispel – À sombra do “impeachment”

SEÇÕES

06 Falar Brasileiro – Por Marcos Bagno – Ler é viajar? Me poupe!

07 Tudo Tanto – Por Alexandre Matias – Novos caciques

15 Pátria Grande – Por Fernando Roberto de Freitas Almeida –

Geopolítica e Estratégias no Século 21 – O retrocesso brasileiro

36 Ensaio fotográfico – Por Luiz Gê – Ponte para o passado

38 Perfil de Edgard Leuenroth: “Tremei, vampiros nojentos!” –

Por João Batista Cesar

44 Boteco Bolivariano – Por Cynara Menezes – Aécio e a meritocracia hereditária

45 Livros

CHARGES

04 Guto Lacaz

46 Claudius

EDITOR EXECUTIVO: Aray Nabuco EDITORA ASSISTENTE: Nina Fideles REPÓRTER ESPECIAL: Lúcia Rodrigues SITE: Lu Sudré (repórter) NESTA EDIÇÃO: Alexandre Matias, Aray Nabuco, Claudius, Cynara Menezes, Edu Montesanti, Erika Morhy, Frei Betto, Gershon Knispel, Gilberto Felisberto Vasconcellos, Guto Lacaz, João Batista Cesar, João Pedro Stedile, José Arbex Jr., Lena Azevedo, Lilian Primi, Lúcia Rodrigues, Luiz Gê, Marcos Bagno, Marina Saran, MC Leonardo, Paula Rettl, Fernando Roberto de Freitas Almeida REVISÃO DE TEXTO: Luciano Gaubatz PROJETO GRÁFICO: Chico Max DIREÇÃO DE ARTE: Simone Riqueira CONSULTOR EDITORIAL: José Arbex Jr. MARKETING: André Herrmann (Diretor), Pedro Nabuco de Araújo (Gerente) RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: Cecília Figueira de Mello ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO: Lúcia Benito Ricco CONTROLE DE PROCESSOS: Wanderley Alves e Douglas Jerônimo LIVROS E PROJETOS ESPECIAIS: Clarice Alvon APOIO: Neivaldo dos Anjos ATENDIMENTO AO LEITOR: Fabiana de Oliveira Ramos ASSESSORIA JURÍDICA: Aton Fon Filho, Jovelino Strozake, Susana Paim Figueiredo, Luis F. X. Soares de Mello, Eduardo Gutierrez; Pillon e Pillon Advogados REPRESENTANTE DE PUBLICIDADE: BRASÍLIA: Joaquim Barroncas (61) 9115-3659.

CAROS AMIGOS DIRETOR GERAL: WAGNER NABUCO DE ARAÚJO

CAROS AMIGOS, ano XXI, nº 243, junho de 2017 é uma publicação mensal da Editora Caros Amigos Ltda. Registro nº 1176000, no 9º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo. Distribuída com exclusividade no Brasil pela DINAP S/A - Distribuidora Nacional de Publicações, São Paulo. Impressão: Log & Print Gráfica e Logística S.A.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Av. Vieira de Carvalho, 115 - 3ª andar - cj 31, CEP 01210-010, São Paulo, SP Telefone (11) 3123-6600; 0800.777.6601 (Assinatura) E-MAILS: atendimento@carosamigos.com.br (Jornalismo); marketing@carosamigos.com.br (Publicidade); atendimento@carosamigos.com.br (Assinantes)

www.carosamigos.com.br
Telefone: (11) 3123-6600

Movimentos pela cidadania pressionam por mais instâncias de decisões diretas, como plebiscitos e consultas

Por Erika Morhy

A **BOLÍVIA** acaba de concretizar a vontade popular revelada pelas urnas que deram vitória ao “sim” para a criação do primeiro território autônomo indígena do país e do mundo, o Charagua Iyambae. A Colômbia recentemente também viveu um plebiscito, que rejeitou, por maioria apertada, o acordo de paz entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Em outro polo da democracia, quase trinta anos de experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre, no Brasil, que foi replicado em diversas outras cidades e países. Em comum, essas iniciativas têm a marca de uma relação entre Estado e sociedade que esgarça a mera representação legitimada pelas eleições.

“O plebiscito e o referendo são instrumentos criados para completar a democracia representativa com decisões muito importantes e de alcance geral — a definição de fronteiras ou de uma guerra; a divisão de um estado; a autonomia de um território; um tratado de paz; entrar ou sair de um bloco de países. Decisões que demandam um apoio majoritário e que se definem em uma consulta eleitoral, nas quais os cidadãos optam entre duas alternativas”, esmiúça o advogado argentino e mestre em Administração Pública, Héctor Poggiese. Ele faz questão de enfatizar que essas ferramentas não permitem a par-

ticipação dos cidadãos na elaboração das alternativas, por exemplo. Cada eleitor opta por uma delas depois das campanhas partidárias equivalentes a outras tantas eleições de representantes. Por isso “são parte da democracia representativo-liberal que se faz com um toque de democracia direta”.

Está de acordo Doris Yaneth Herrera Monsalve, diretora do mestrado em Planejamento do Desenvolvimento da Faculdade de Sociologia da Universidade Santo Tomás, em Bogotá, Colômbia. Ela reitera que o plebiscito está previsto na constituição colombiana desde 1991 e já foi realizado outras vezes no país. Mas ela mesma pondera que é preciso considerar, sim, “que atualmente há um ressurgimento de movimentos pela cidadania e que permite haver maior consciência sobre assuntos públicos”.

Vale a pena observar alguns detalhes desta saga colombiana de 2016: o voto era facultativo, apenas 37% dos eleitores foram às urnas e a diferença em favor do “não” ficou abaixo dos 100 mil. Doris ressalta que a vitória do “não” serviu ainda para que os movimentos sociais e, especialmente, estudantes universitários, ganhassem força e criassem uma agenda política, por meio de organizações como a Paz às Ruas. Dois grandes atos já estão previstos para outubro, quando completará um ano do plebiscito.

Atuante junto a comunidades camponesas e afrodescendentes, o sociólogo colombiano Jesús Antonio Reyes Benavides faz uma ressalva. Para ele, nenhum governo esteve preparado até agora para bancar os direitos da população rural excluída e oprimida no país, ainda que um plebiscito fosse favorável a ela. E cita que não à toa são assassinadas lideranças populares, como foram Carlos Pizarro, Jaime Pardo Leal, José Antequara e Bernardo Jaramillo, para recordar os que tiveram mais repercussão. “Recentemente, camponeses de Cajamarca optaram, por referendo, pela retirada da mineradora Anglo Gold Ashanty dos seus territórios, e foi uma vitória arrasadora: 5.300 contra 63 a favor. Mas as notícias que chegam é de que o go-

verno pensa em não reconhecer o resultado. Então não tem funcionalidade!”, indigna-se, afirmando que os grandes meios de comunicação e a própria igreja são veículos de convencimento da população em favor da elite. Ainda que se anuncie favorável ao acordo de paz entre governo e Farc, Jesús não critica a postura de “organizações camponesas, indígenas e afrodescendentes que, ao observar que seus direitos constitucionais e legítimos são violentados, tomam as vias de fato ou realizam apropriações”.

Já no Uruguai, enquanto o voto é obrigatório em plebiscitos, o engajamento em iniciativas como os orçamentos participativos é facultativo, pintando com outras cores a leitura percentual de seus adeptos, uma média de 10% da população. Alicia Veneziano Esperón, cientista política e professora da Universidade da República do Uruguai, compara a experiência de seu país com a de Porto Alegre (RS) e argumenta que, no Brasil, a adesão é maior devido à existência de uma refinada base social. “A primeira experiência participativa foi no primeiro governo municipal de Montevideu nas mãos da esquerda — Encontro Progressista/Frente Ampla —, em 1990. Se falava em descentralização, porque o fundamental era o desenho institucional por meio do qual se dividiu a cidade em dezoto centros comunitários de bairro”, relembra.

Alicia tem alguma reserva ao comparar as duas experiências: “O orçamento participativo parece mais efetivo que a descentralização, que se partidizou com a eleição dos conselheiros de bairro”. Ela também opina sobre a experiência gaúcha: “os participantes eram delegados por organizações a quem tinham que prestar contas. Isto fazia com que fosse um orçamento participativo com mais base social”.

O grande trunfo está mesmo no processo que garante mais poder à população, especialmente quando se equiparam com os ritos de um plebiscito. “O cidadão participa desde as regras que vão fazer funcionar a engrenagem, a apresentação de propostas, a eleição destas propostas e, finalmente, o controle sobre sua implementação”, diz ela.

Em Montevideu, explica Alicia, são apresentadas propostas de competência da Prefeitura e a escolha das propostas é feita a cada dois anos, modelo aplicado desde 2006 até os dias de hoje.

Bolívia plurinacional

Inédita na atualidade é a construção do território indígena autônomo Charagua Iyambae, no maior município em extensão geográfica da Bolívia. Os guaranis são os primeiros a conquistarem a independência aguardada por outros catorze povos. Outros dois deles devem alcançar o mesmo resultado até o fim do ano.

O feito é uma luta que remonta aos anos 1990 e começou a virar realidade em 2009, com a autonomia municipal aprovada em plebiscito e posterior aprovação do certificado de ancestralidade pelo ministério dedicado ao tema. Em setembro de 2015 veio a cartada final, com mais um plebiscito obrigatório que aprovou a constituição do território e a posse das 47 autoridades indígenas, em janeiro de 2017. Assim como o paradigma colombiano, na Bolívia também houve clara diferença entre os votos da zona urbana, que rejeitaram o pedido, e os da zona rural, que aprovaram a autonomia. Do total de 2.840 habilitados a votar em Charagua, 2.145 acor-

reram às urnas, que deram vitória ao “sim” por 53,2% contra 46,7% de votos pelo “não”, além de brancos e nulos.

Advogada colombiana, Fátima Monasterio Mercado é membro do Centro de Estudos Jurídicos e Pesquisa Social, uma organização não governamental que trabalha há quase quarenta anos na defesa de direitos humanos de populações em situação de vulnerabilidade e que também acompanha movimentos indígenas por direito territorial e autonomia. Ela comemora a conquista dos guaranis. “Desde a refundação do Estado boliviano com a Constituição de 2009, um dos principais e maiores desafios era a instalação de um sistema de autonomia que desse sentido ao Estado Plurinacional, porque significaria a superação do colonialismo arraigado e fomentado no decorrer da vida republicana do país”, explica. Ela relata que a carta magna passou a reconhecer quatro tipos de autonomia — estadual, regional, municipal e indígena — e, em 2010, entrou em vigor a Lei do Marco de Autonomia e Descentralização, instrumento que regula as autonomias, definindo os requisitos e passos a seguir para alcançar o *status* jurídico.

Todas as autoridades indígenas são escolhidas via assembleia e esta é apenas uma

faceta das diferenças político-culturais que devem ser respeitadas, diz Fátima. São exatamente essas peculiaridades que motivam os povos na demanda por autonomia: estão no exercício “de seu direito a livre determinação, por meio do autogoverno de seu território de acordo com suas formas de vida e modelos de desenvolvimento segundo sua cosmovisão”.

Outras regiões do mundo também exibem experiências de participação popular, mas Héctor Poggiese é categórico. Para ele, a “América Latina é onde mais podemos encontrar ciclos de democratização com participação popular”, o que é mais do que desejável, segundo ele, é imprescindível. E isso porque se apresenta “uma imperiosa necessidade de revisar o pacto de representação, de atualizá-lo, melhorá-lo em cenários participativos, onde se elabora e decide sobre o conteúdo das políticas públicas”. E daí se deduz outra motivação: a de que a confiança e o vínculo para uma representação se constroem por meio de um processo de trabalho conjunto, não sendo suficiente o mecanismo puramente eleitoral. É possível, assim, que estejamos vivendo uma fase de ampliação da democracia, em que coexistem democracia representativa e formas de democracia participativa.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: QUEBRA DE HEGEMONIAS

DO LADO de quem executa programas como o orçamento participativo há reflexões, reconhecimento de sua importância e críticas também. Em entrevista na edição 238 de *Caros Amigos*, que circulou em janeiro, Olívio Dutra citou, dentre outras coisas, sua iniciativa em Porto Alegre, no fim dos anos 1980 e início de 1990. Ele lamenta que o OP tenha se limitado a discutir nas plenárias e conselhos apenas a despesa pública, não avançando sobre a questão da receita. E reconhece a necessidade de radicalizar o processo: “Pra ti fazer valer o interesse público, o interesse social, você tem que ter muita convicção, estrutura, quadros e relações na base da sociedade. Não pode perder essas relações na base pra fazer essa luta, que é profundamente democrática, você não pode deixar o Estado ser a cidadela dos interesses privados, dos grupos mais poderosos, mais in-

fluentes; isso é uma necessidade democrática. A democracia no nosso País precisa se consolidar e se qualificar só mediante um controle público efetivo, não apenas do controle público institucional, dos legislativos, dos tribunais de Conta que nós sabemos como é que funcionam. E mais que isso, a cidadania ativa”.

É sobre essa experiência que conversamos com Luciano Fedozzi, que foi coordenador do Gabinete de Planejamento do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Mestre e doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde hoje é professor, Luciano descreve sua versão sobre “uma das mais relevantes inovações democráticas das últimas décadas no mundo” nesta entrevista incisiva.

Fatos recentes mostram experiências que ultrapassam os limites de uma clássica

democracia representativa, baseada no pacto-mandato. Referendos e plebiscitos, por exemplo, podem sugerir a construção de um outro modelo de democracia na região?

É fato que os instrumentos de democracia direta, como plebiscito e referendo, vêm sendo utilizados nos últimos anos em países da América Latina. Mas não parece que sejam por si só suficientes, em termos quantitativos e qualitativos, para caracterizar a existência de um novo modelo de democracia na região. São apenas mais um dos outros instrumentos, dentre os quais devem ser citados os processos participativos ligados às políticas públicas, em especial nos níveis locais e regionais de governo, mas que em alguns casos ultrapassam esta esfera, a exemplo das conferências e conselhos nacionais de políticas públicas no Brasil; ou então o caso mais relevante e emblemático,

no atual contexto de hegemonia neoliberal, da consulta realizada no Uruguai, em 1992, sobre as privatizações das estatais. A população rejeitou este receituário. O Uruguai, que desponta nas avaliações internacionais como o país com maiores índices de cultura democrática, realizou desde o início do século passado dezesseis consultas públicas sob variados temas.

Quais as principais características deste modelo sugerido pelo senhor?

A partir dos anos 2000, com a ascensão dos chamados governos pós-neoliberais, passou a ocorrer uma ampliação da participação popular, que significou uma ruptura com o modelo de democracia minimalista e calcada apenas na representação clássica, embora esta tenha continuado a ser hegemônica na configuração dos sistemas políticos. Embora devam ser consideradas diferenças significativas nos contextos históricos e nos modelos adotados em cada país, é possível perceber este elemento em comum: a ampliação da participação social, em especial dos setores historicamente excluídos das decisões; o reconhecimento das identidades étnicas e de sua soberania relativa, como são os casos inéditos das novas constituições da Bolívia e do Equador. Enfim, modelos de Estado e de democracia que se aproximaram muito mais da identidade e das demandas da maioria dos seus povos e nações.

O Orçamento Participativo poderia se enquadrar nesse contexto, ainda sendo bem anterior a estes casos?

Os orçamentos participativos surgiram no final da década de 1980 e início de 1990 e têm como referência emblemática a cidade de Porto Alegre. Ganham projeção nacional e internacional nos anos 2000, contando com o apoio do Fórum Social Mundial e com outras redes internacionais, como a ONU-Habitat, a União Europeia e, posteriormente, o próprio Banco Mundial. Pode-se dizer que foi a principal inovação democrática local criada pelos setores progressistas e de esquerda.

Mas existem diferentes modelos de OP que precisam ser levados em conta, não?

São diversos os modelos praticados e diversos os grupos sócio-políticos que os impulsionam. A existência, hoje, de cerca de 2,7 mil cidades em todos os continentes que os adotam (incluindo cidades de países desenvolvidos, como Paris, Chicago e distritos de Nova Iorque), além de países que aprovaram legislação na-

cional obrigando os municípios a praticarem o OP (casos do Peru, por influência direta do Banco Mundial, e da República Dominicana, por incentivo dos espanhóis da esquerda andaluz) demanda prudência na análise de cada caso. Tanto o campo neoliberal como o campo progressista passaram a “defender” a participação e a descentralização, mas com propósitos e modelos distintos.

Quais as principais virtudes do OP?

Pode-se dizer, e aqui considerando o emblemático caso de Porto Alegre, que o OP possui potenciais democráticos, redistributivos e republicanos de grande significado. Pode-se destacar a inclusão social nas decisões orçamentárias dos setores sociais historicamente aliadas desse processo — as pesquisas sobre quem são os participantes do OP mostram claramente este perfil inclusivo por meio dos critérios de renda, escolaridade, etnia/raça e sexo, quando comparados à população em geral.

Destaca-se ainda a mudança das prioridades orçamentárias, já que a intervenção popular permite que os recursos públicos sejam alocados para demandas da cidade esquecida, informal, ilegal. E a prática da transparência e do controle social sobre os recursos públicos.

O modelo brasileiro tem ranhuras próprias?

Os modelos brasileiros são fortemente calcados na concepção assembleísta. Dela deriva um processo que sobrevaloriza a quantidade da participação. As pesquisas indicam que a prevalência de uma “pedagogia espontânea”, baseada mais na quantidade da participação em assembleias e menos em metodologias apropriadamente elaboradas, provavelmente limitou a construção de aprendizagens cidadãs e democráticas, isto é, uma transformação mais profunda da cultura política dos participantes, embora se constate a existência de mudanças culturais dentre os que participam durante longo prazo. Essas mudanças, porém, sofrem a interferência do nível de escolaridade (assim como para a eleição dos representantes para as instâncias do OP), o que leva ao problema da inexistência de reconhecimento da desigualdade do público participante. Esse tipo de modelo institucional tem se mostrado reprodutor das assimetrias quanto ao conhecimento das regras do jogo pelos participantes, com desvantagens competitivas para os grupos mais vulneráveis ou com menor tem-

po de participação. Importante constatar que no caso específico de Porto Alegre o conjunto desses problemas gerou um processo de elitização política dos representantes, tendendo a uma realidade de oligarquização do processo participativo, aprofundada a partir da alternância de poder que ocorreu a partir de 2005. Em 2007 os conselheiros mudaram o regimento interno do OP, com o aval do governo, para permitir a regra da reeleição permanente dos mesmos. Desde então ficou mais claro que o OP de Porto Alegre perdeu suas características contra-hegemônicas presentes em sua gênese. Esse processo ilustra casos de outras cidades em que há grave déficit de informação e de transparência.

O OP virou referência em política pública participativa nacional e internacionalmente. Por que não ganhou status de política de estado?

Considerando-se a repercussão e a expansão internacional não é exagero afirmar que os OP’s representam uma das mais relevantes inovações democráticas das últimas décadas no mundo. Inovação com potencial para ampliar e fortalecer a soberania popular e a própria democracia, que sofre de grave crise de representação. Evidentemente essa inovação não deve ser idealizada.

Pode-se dizer que o OP é uma forma de democracia participativa e para que ela seja transformada em política de estado faz-se necessário, sobretudo, certo grau de consenso ou de correlação de forças políticas favoráveis na sociedade. É uma batalha difícil frente ao conservadorismo e reacionarismo que se revela cada vez mais explícito na América Latina e no mundo. Nesse bloco, inclui-se a grande mídia corporativa hegemônica, que sonega e combate todas as iniciativas de ampliação da democracia e de participação popular, como ficou claro nas últimas décadas no Brasil. A simples tentativa, posterior às manifestações de junho de 2013, de criar o sistema nacional de participação — que nada mais era do que dar forma sistêmica aos diversos conselhos e fóruns participativos já existentes, sendo alguns há mais de trinta anos — sofreu forte contraposição da então oposição, sob o argumento de que se tratava de criar um estado “bolivariano”. Esta oposição ao projeto contou com ações na justiça e amplo apoio da mídia hegemônica que tratou de combater sem tréguas a iniciativa. ☺

Erika Morhy é jornalista.